

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.512 - DF (2020/0257384-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : ROGÉRIO FELICIANO PIRES
ADVOGADO : LUDMILLA DE PAULA ROCHA - DF033983

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO SERVIDOR PÚBLICO MANDADO DE SEGURANÇA APELAÇÃO AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO CARGO ESTADUAL DISTRITAL OU MUNICIPAL APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA ART 20 DA LEI N 8.112/90 E ART 14 § 1 DA LEI N 9.624/98 APELAÇÃO DESPROVIDA.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 20, § 4º, da Lei n. 8.112/90, no que concerne à vedação de licença a servidor público federal, com opção pela remuneração do respectivo cargo, para participar de curso de formação em cargo Municipal, Estadual ou Distrital, diante da ausência de previsão legal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Dispõe o art. 20, § 4º da Lei 8.112/1990 que "Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal".

Sendo assim, a parte impetrante não possui o direito obtido pela decisão judicial ora impugnada, pois os termos legais proíbem servidor público federal de se afastar do seu cargo para curso em outro cargo das esferas estadual, distrital e municipal.

Aqui as normas que vedam o direito perseguido pela parte autora são implícitas. O legislador, ao permitir o afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal está, simultaneamente, proibindo o afastamento nas mesmas condições se o cargo for das esferas estadual, distrital ou municipal (fl. 136). Nesse contexto, o tratamento diferenciado estabelecido no art. 20,

§ 4º, da Lei nº 8.112/90, bem como no art. 14, caput e § 1º, da Lei nº 9.624/98, não são desproporcionais, pois, se o servidor for aprovado, migrará de cargo, mas continuará prestando serviço público federal, regido pelo estatuto dos servidores públicos federais; e, se reprovado, retornará ao cargo efetivo, com os conhecimentos adquiridos no curso.

Cumpra salientar que não cabe ao Judiciário, diante desse contexto, estender direito não previsto em lei, atuando como legislador positivo, o que é totalmente rechaçado pela jurisprudência pátria, incluindo-se o Supremo Tribunal Federal (fl. 138).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado por UNIÃO, quanto à primeira controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Muito embora meu entendimento seja no sentido de que a Administração Pública Federal não deve arcar com a ausência de seu servidor para que ele possa participar de curso de formação para provimento de cargo em outra esfera da Administração (estadual, distrital ou municipal), por ausência de previsão legal, reconheço que este não é o entendimento consolidado na jurisprudência, em especial na jurisprudência deste Tribunal, que se firmou no sentido de que, pela aplicação do princípio da isonomia, o mesmo direito deve ser assegurado aos casos que envolvam cargos da Administração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (fl. 103).

Da análise dos autos, percebe-se que há fundamento constitucional autônomo no acórdão recorrido e não houve apresentação do devido recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui, além de fundamento infraconstitucional, fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção do julgado.

Nesse sentido: “[...] firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário. A existência de fundamento constitucional autônomo não atacado por meio de Recurso Extraordinário enseja aplicação do óbice contido na Súmula 126/STJ”. (AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.)

Superior Tribunal de Justiça

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.684.690/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 16/4/2019; AgRg no REsp 1.850.902/MT, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 29/6/2020; REsp 1.644.269/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 7/8/2020; AgRg no REsp 1.855.895/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; AgInt no AREsp 1.567.236/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 4/6/2020; AgInt no AREsp 1.627.369/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente